

A construção da memória histórica da ditadura militar brasileira: contribuição das narrativas de familiares de presos políticos¹

The construction of historical memory of Brazilian military dictatorship: contribution of narratives from political prisoners' relatives

Ingrid Faria Gianordoli-Nascimento²

Flávia Gotelip Corrêa Veloso³

Sara Angélica Teixeira da Cruz Silva⁴

Jaiza Pollyana Dias da Cruz⁵

Flaviane da Costa Oliveira⁶

RESUMO: O presente trabalho investiga o cenário das ações sócio-políticas e afetivas dos familiares de militantes políticos do período ditadura militar brasileira (1964-1985) e elucida conteúdos de memórias pessoais e comuns que podem favorecer a construção da memória histórica de um período importante do nosso passado. Além disso, exploraram-se os elementos representacionais que formam a rede de significações e práticas que os familiares construíram quanto à trajetória dos ex-militantes políticos. Foram realizadas sete entrevistas com pessoas cujos parentes militaram contra o regime no Espírito Santo ou em Minas Gerais. A análise das narrativas dos familiares aponta para informações que podem contribuir para a assimilação de discursos antes silenciados à memória nacional do regime militar e evidenciam a importância dos familiares no processo de militância dos parentes em suas diversas fases (militância, clandestinidade, prisão, tortura). Os dados ainda revelam algumas obscuridades sociais e pessoais que persistem em torno daquele período, trazendo à tona as consequências decorrentes da militância política para a dinâmica da família e para seus membros. Espera-se que este trabalho, a partir da divulgação dos relatos orais constituintes de memórias pessoais, comuns e coletivas, contribua para a reconstrução e atualização da memória histórica da ditadura militar no Brasil.

Palavras-chave: ditadura militar; memória histórica; relações familiares; militantes políticos.

ABSTRACT: The present work investigates the setting of socio-political and affective actions of families of political militants in the Brazilian military dictatorship period (1964-1985) and elucidates contents of personal and common memories that may favor the construction of the historical memory of such an important period of our past. Additionally, there was an exploration of the representational elements that form the network of meanings and practices that the families constructed in terms of the trajectory of the former political militants. Seven interviews were conducted with people whose parents had militated against the regime in Espírito Santo or in Minas Gerais. The analysis of relatives' narratives points out to information that may contribute to the assimilation of discourse that was previously silent to the national memory of the military regime,

¹ Pesquisa financiada pelo CNPq

² Doutora em Psicologia; Professora Adjunta na Universidade Federal de Minas Gerais – Minas Gerais, Brasil. E-mail: fgian@uol.com.br

³ Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais - Minas Gerais, Brasil.

⁴ Aluna de graduação em Psicologia, Bolsista de Iniciação Científica na Universidade Federal de Minas Gerais - Minas Gerais, Brasil.

⁵ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais - Minas Gerais, Brasil.

⁶ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais - Minas Gerais, Brasil.

and also evidence the importance of families in the militancy process of relatives in its diverse phases (militancy, illegality, prison, torture). The data also reveal some persisting social and personal obscurities around that period, bringing to light the resulting consequences of political militancy for the dynamics of families and their members. It is expected that this work, by means of the diffusion of oral reports that constitute personal, common and collective memories, contributes to the reconstruction and update of the historical memory of the military dictatorship in Brazil.

Keywords: military dictatorship; historical memory; family relations; political militants.

Introdução

O período da ditadura militar, instaurada no país de 1964 a 1985, foi marcado por sucessivas mudanças políticas, econômicas, sociais e culturais, bem como pela gradativa e intensa repressão político-social aos seus opositores. Nos primeiros anos desse regime, o autoritarismo ainda não institucionalizado nem sempre tornava possível identificar as fronteiras entre o que era proibido e permitido. Essa distinção ficou clara quando o governo brasileiro, que parecia temer a radicalização dos movimentos de oposição, inseriu o “golpe dentro do golpe” por meio do Ato Institucional nº 5 (o AI-5 de 13 de Dezembro de 1968), dando início ao período que ficou conhecido como “os anos de chumbo” (Ventura, 1988).

O AI-5 decretou a suspensão de todas as garantias individuais e dos direitos políticos. O confronto saía do campo das idéias e descia às ruas, com a luta armada, e aos porões, com a tortura. O ideário de libertação difundido pelos segmentos intelectual, artístico, estudantil ou operário, ficava impossibilitado de ser conjugado com a ideologia da Segurança Nacional imposta pelo regime, já que a política de perseguição estava legitimada por normas, códigos, leis e discursos, prendendo, torturando, matando, exilando e desaparecendo com aqueles que contestavam o governo (Almeida & Weis, 2002). A clandestinidade deixou de ser opcional e tornou-se obrigatória para muitos e, com o acirramento da repressão, as ideias que inspiravam movimentos de reconstrução sócio-política do país, junto da transformação de valores e costumes, tiveram que encontrar novas formas de existir para resistir (Martins Filho, 1987; Ferreira, 1996; Carmo, 2001).

Todos os dispositivos repressivos, dos mais sutis aos mais invasivos, tinham como objetivo principal internalizar normas, valores e condutas que fizessem de cada indivíduo um aliado do regime, defensor e propagador da “nova ordem”. As campanhas desenvolvimentistas e as propagandas políticas ideológicas e ufanistas, por exemplo, foram importantes estratégias adotadas (Ribeiro, 1987). Nesse contexto, as práticas repressivas atacaram diretamente os “comunistas”, os “subversivos” e os “extremistas”, sendo que o restante da sociedade não ficou ileso a outras práticas rígidas de controle adotadas, tais como a delação e a vigilância, que atingiam não apenas o corpo, mas a moral e a dignidade de qualquer pessoa vinculada diretamente aos opositores do regime, principalmente aos militantes políticos,

Tanno (2005) afirma, a partir da historiografia do período da era Vargas (1930-1945), que os registros geralmente enfatizam o sofrimento do preso político e torturado, como se as consequências afetassem somente o indivíduo em questão. No entanto, “estiveram enredados nessa trama não só os presos, mas também suas esposas, filhos, pais e amigos” (Tanno, 2005, p. 6). Através da análise das cartas escritas pelos familiares, a autora enfatiza que estes também

sofreram física, moral e psicologicamente os atos autoritários do regime, evidenciando outros desdobramentos da prática repressiva.

A ampliação desse quadro de sofrimento e arbitrariedades, vivenciadas nos contextos de regimes autoritários pelos envolvidos no combate direto e indireto ao regime, nos permite elucidar mais profundamente uma dimensão até então pouco percebida ou analisada sobre esses períodos. Os anos após o AI-5, por exemplo, marcados por uma forte censura, teve considerável impacto sobre a sociedade do período, impacto que, segundo alguns autores, ainda não foi suficientemente analisado (Ferreira, 1996; Martins Filho, 1987, 1998; Carvalho, 1998).

As consequências da ditadura militar sobre os familiares de militantes políticos podem ser compreendidas no estudo de Gianordoli-Nascimento (2006) realizado com mulheres ex-presas políticas durante o regime. Em seus relatos as mulheres salientam as perdas e sofrimentos que a repressão causou aos membros de suas famílias. Estes, muitas vezes foram presos, perseguidos e ameaçados como forma, bastante eficaz, de atingirem e fragilizarem as resistências das militantes no período, deixando um amálgama de sofrimento e culpa até os dias atuais. Em geral, são experiências familiares que para alguns nunca foram compartilhadas entre os parentes após os acontecimentos. Memórias enredadas em silêncios e segredos que até os dias atuais formam a trama de um presente-passado compartilhado por nuances de histórias coletivamente únicas. Nesse sentido, o trabalho da autora elucidou o lugar dos familiares na trajetória destas e aponta para as dificuldades enfrentadas pelos parentes, seja no contexto de prisão ou desaparecimento do membro militante.

Ao revelar um cenário pouco explorado nos documentos históricos, Gianordoli-Nascimento (2006) ainda aponta como as memórias pessoais dizem não apenas de um passado vivido pelas entrevistadas, mas também de um fato histórico cujos elementos podem ou não estar presentes na memória coletiva. Além disso, podem se caracterizar como memórias históricas orais, uma vez que retratam não apenas as vivências de familiares ou de militantes, mas de um período histórico importante no Brasil. Trabalhos dessa natureza, realizados a partir de uma perspectiva psicossocial, denotam a importante articulação entre história e memória para a compreensão dos fatos históricos de uma época, bem como dos processos e das circunstâncias segundo os quais as memórias sociais são construídas, reconstruídas e atualizadas (Sá, 2005, 2007). Tratam-se então, de investigações inseridas no campo da memória histórica, compreendida

... como uma 'memória da história', englobando memórias orais e memórias documentais, para cuja construção contribuem: (1) tanto memórias coletivas quanto memórias comuns e memórias pessoais; (2) tanto a história vivida quanto os testemunhos ouvidos; (3) tanto os documentos históricos *stricto sensu* quanto as produções didáticas, midiáticas e artísticas posteriores. (Sá, 2009, p.94).

A historiografia oficial de uma etapa importante para a construção da memória social brasileira contemporânea, os anos da ditadura militar, começa a assimilar, de forma mais sistemática, os depoimentos de alguns dos principais envolvidos nos acontecimentos desse período. Por mais de 30 anos, uma grande parcela de sujeitos não puderam, por motivos diversos, assumir e contar suas próprias histórias. Isto mostra, segundo Ferreira (1996), como a produção historiográfica e a própria constituição da memória situam-se em um mesmo campo

de relações de poder, no qual o discurso oficial e, conseqüentemente, a “memória oficial”, sobrepõem-se a outros discursos e memórias. É possível, então, que um acontecimento ou um período histórico só possa ser mais adequadamente recontado numa rede de discursos parciais, com seus atritos, pontos de contato e independências.

Para tanto, é necessário valorizar os depoimentos dos indivíduos cujas vozes se encontram fora da historiografia oficial. Dentro desse quadro, alguns autores apontam a importância desses depoimentos e experiências para a análise da questão da violência e seus desdobramentos durante os períodos ditatoriais, além de reconstruírem memórias e revelarem histórias e dramas individuais e familiares que se entrelaçam e ganham sentido no quadro da repressão militar e, portanto, são inscritas no social, e revelam aspectos obscuros deste (Tanno, 2005; Padrós, 2007; Catela, 2001).

Pollak (1989) nos mostra que os trabalhos atuais sobre memória rompem com o discurso histórico que constrói a memória oficial e trazem para a historiografia as lembranças dos marginalizados e dos excluídos. Para o autor, a memória nacional uniformizou lembranças exercendo uma função opressora em relação às experiências lembradas pelas pessoas e grupos. Tais lembranças, consideradas “memórias subterrâneas”, trazem à tona conflitos entre as memórias emergentes e as memórias estabelecidas, estas organizadoras da ordem social. Portanto, a memória nacional foi construída com a finalidade de ser dita, propagandeada e imposta à população, sendo elaborada a partir do estabelecimento de um tempo progressivo, linear e finalista, um tempo, portanto, que é desconstruído por lembranças que são descontínuas de indivíduos e grupos, cujos interesses não coincidem necessariamente com os interesses do poder vigente (Pollak, 1989).

A partir de uma perspectiva psicossocial da memória histórica, Sá (2007, 2009) afirma que as lembranças, motivações e afetos, são constituintes essenciais para a construção da memória social, sendo inclusive, um dos princípios unificadores do campo de estudos psicossociais da memória. Desse modo, o autor aponta que o interesse do estudo da memória a partir de uma abordagem psicossocial diferencia-se da perspectiva histórica, já que a verificação das fontes e a busca por preservação do que é dito não são pautas basilares. A psicologia social atenta, porém, para fenômenos que são lembrados, para a construção, reconstrução e atualização da memória social, visando como as memórias são construídas, reconstruídas e atualizadas.

Diante do exposto, depreende-se a importância de pesquisar um âmbito ainda pouco explorado: a ampla repercussão da violência imposta pelo regime que atingiu de forma direta e indireta os familiares de ex-militantes políticos. É nesse contexto que a presente pesquisa se insere através de histórias de vida que se enredam em tantas outras, formando uma trama cujos significados possíveis abrem espaço para outros a serem hoje recuperados, dentro de uma perspectiva que só o distanciamento no tempo produz.

Partindo do princípio de que o conteúdo lembrado está sempre mesclado ao que sabemos sobre ele, ou seja, que lembrança e pensamento estão associados aos fenômenos de memória social (Sá, 2005, 2007), e que, numa perspectiva psicossocial (Moscovici, 1984), a memória se torna uma dimensão importante do pensamento conhecido como representação social, temos como objetivo investigar o cenário das ações sócio-políticas e afetivas dos familiares de ex-militantes políticos do período ditadura militar e elucidar conteúdos de memórias pessoais e

comuns que possam favorecer a construção da memória histórica de um período importante do nosso passado. Além disso, também buscaremos apontar os elementos representacionais que formam a rede de significações e práticas que os familiares construíram junto à trajetória dos ex-militantes políticos.

Método

A coleta de dados foi realizada em Belo Horizonte, MG, e em Vitória, ES, por meio de entrevistas semiestruturadas, cujo principal objetivo era propiciar que os familiares narrassem sua trajetória em relação à militância dos parentes e avaliassem tais reflexos em seu desenvolvimento pessoal e familiar. A motivação principal não foi centrar o relato no militante político, mas principalmente na vida do familiar entrevistado, bem como de sua família, suas experiências, projetos, medos, aprendizados, recordações e respostas à situação extrema que estavam vivendo a partir do desaparecimento, clandestinidade, prisão e tortura de um (ou mais) membro da família.

Conjugamos as vivências de sete familiares de militantes políticos que foram presos, mortos ou desaparecidos, no período da ditadura militar. Foram entrevistados aqueles familiares que dispuseram compartilhar suas memórias e lembranças pessoais e familiares sobre o período da ditadura militar independente do grau de parentesco, posição familiar ou idade no período. Em geral os entrevistados foram contatados por meio de indicação de ex-militantes, que participavam de eventos sócio-políticos relacionados ao período da ditadura militar brasileira, sem que necessariamente fossem estes seus próprios parentes. O local e a duração das entrevistas foi determinado pelo próprio entrevistado, respeitando sua disponibilidade em termos objetivos e subjetivos. O tempo de entrevista variou de uma hora e meia a quatro horas de duração.

As entrevistas foram submetidas à análise de conteúdo (Bardin, 2004) e organizadas em eixos temáticos interligados em seus conteúdos e sentidos segundo o cenário sócio-histórico e as experiências com as quais se articulam. Desse modo, resultados e discussão formam um amálgama que se compõe de vivências, representações, memórias e história do período investigado.

Resultados e discussões

Os entrevistados foram identificados por nomes fictícios começados com a letra inicial do seu estado de origem. É importante observarmos que esses nomes não guardam qualquer semelhança nem com os nomes verdadeiros nem com os codinomes utilizados pelos militantes e seus familiares durante o período da ditadura militar.

Ainda que não tenha sido nossa intenção, os familiares entrevistados ficaram distribuídos em três subgrupos baseados na condição atual do membro da família que era militante político na época da ditadura militar. Assim, os subgrupos correspondiam a três tipos de parentescos: (1) familiares de ex-presos políticos (atualmente vivos), representados por Mário, Maria, Marta (Minas Gerais) e Elisa, Érica e Elba (Espírito Santo); (2) familiar de desaparecido político,

representado por Mariana (Minas Gerais); (3) familiar de morto pelo regime, representado por Marta (Minas Gerais). Cabe destacar que uma das entrevistadas, Marta, compõe mais de um subgrupo em função de seus parentescos estarem relacionados tanto como filha de ex-preso político quanto neta e sobrinha de mortos pelo regime.

Nomes Fictícios	Local da entrevista/ Militância	Grau de parentesco com o(a) militante	Idade aproximada em 1964	Organização do militante
Mário	Minas Gerais	Irmão	15 anos	AP e PC do B
Maria	Minas Gerais	Esposa	19 anos	Movimento operário
Marta	Minas Gerais	Filha/Sobrinha/Neta	5 anos	Mov. Sindicalista rural
Mariana	Minas Gerais	Irmã	20 anos	Não filiados a organizações
Elisa	Espírito Santo	Irmã	12 anos	Movimento estudantil
Érika	Espírito Santo	Esposa	15 anos	Dirigente do PC do B
Elba	Espírito Santo	Esposa	20 anos	Não filiados a organizações – Apoio ao PCdoB

Figura 1 – Identificação dos sujeitos.

Alteração do cotidiano da família

Em função do envolvimento do militante na luta política contra o regime, os entrevistados identificam consequências que foram impostas a toda a família, ainda que esta não tivesse nenhuma participação direta nas ações políticas do militante. São relatados fatos que apontam um cotidiano brutalmente alterado e privacidades violadas, fatos que exigiram uma reconfiguração da rotina de muitos membros da família de forma extraordinária à sua realidade. Observa-se com frequência, que estas mudanças estão circunscritas por uma memória do medo, como relata Maria:

Era uma vida muito aflita, porque você, até pra entrar dentro de casa a gente ficava com medo de entrar e ter gente. Nossa casa foi roubada, tiraram umas pastas que tinham e a gente não sabe como, mas entraram e tiraram. A gente saía na rua, olhando pra praça porque a gente não sabia se tava sendo perseguido, se ia ser preso, sabe.

Mário relata como a família teve que se haver com um novo cenário de perseguição que se estendia a todos os seus membros e vivenciar práticas dissimuladas do regime:

Tinha sempre alguém rondando lá [casa da família], a polícia tava sempre rondando lá, isso a gente chegou um ponto que já conhecia, olhava pela janela e sabia. Homens fardados óbvio... , fingiam que tava passeando, davam volta, a gente já percebia o que era. É... essas coisas malucas... a... [minha irmã] tava presa aqui, nessa época sendo torturada e o diabo a quatro, e tinha um tal de capitão Jésus que se fazia de bonzinho pra mamãe sabe, aí ele tortura a [minha irmã] e se fazia de bonzinho pra mamãe. Então mamãe ia visitar a [minha irmã], ele então pegava e levava mamãe em casa de jipe do exército pra ela não ter que pegar ônibus, sabe. Mamãe chegava 'nossa, mas ele é muito... ele é um rapaz muito bom', aí falava 'mãe, não é não, mãe esse povo não presta', 'nossa, ele me trouxe aqui pra mim não pegar ônibus', e não sei o que...

Em algumas famílias observa-se uma reestruturação da dinâmica familiar, principalmente quando as mães passam a assumir um lugar de busca de informação pelos filhos(as) presos ou desaparecidos. Nesses casos, nota-se que uma das filhas, geralmente a mais velha, assume o lugar e a função materna de proteger e cuidar dos demais irmãos e da casa, como aconteceu com Marta que aos 9 anos sentiu-se no lugar de mãe:

Após 64, a sensação e o registro que eu tive há um tempo atrás é que eu deixei de ser criança, eu passei a ser adulta de uma hora pra outra, e... com isso a necessidade de tomar conta de vários, dos meninos [meus irmãos], então eu assumi um lado que eu até passei a ser chamada de mãe segunda. Porque foi tanta agressão, a necessidade de proteger a família foi muito grande.

Ao partirmos do pressuposto de que as representações sociais sobre um fenômeno são construídas por elementos cotidianos partilhados por um grupo (Moscovici, 1978), percebe-se na fala dos entrevistados a existência de elementos representacionais sobre o regime embasados primordialmente no medo e na tensão constantes, revelando práticas de cuidado e proteção do grupo familiar.

Clandestinidade

A militância exigia que os indivíduos transitassem na malha social de forma peculiar, com procedimentos alternativos de interação social que contrastavam com o código cultural com o qual estavam habituados. Tais procedimentos variavam entre a semiclandestinidade até uma espécie de “desaparecimento” da vida cotidiana legal no interior da sociedade. Essa experiência não abolia os arranjos sociais constantemente negociados para garantir a produção da vida em sociedade. O que se vivia era uma outra forma de inserção na vida social, que passava a ter novos significados e criava uma nova rede de interação, diferente da que existia na vida legal. Tal situação pode ser caracterizada como uma espécie de “realidade paralela”, e quem estava na situação de semiclandestinidade transitava entre uma e outra. Aqueles que estavam em clandestinidade total passavam a viver a reclusão, condição na qual os únicos elos de ligação social eram, quando possível, os companheiros semiclandestinos.

Na sociedade legal também surge uma nova rede, a dos simpatizantes, que se engajavam em um movimento de solidariedade aos militantes através das mais diferentes formas de apoio. De qualquer forma prevalece, em geral, o afastamento abrupto da vida e da rede de relações cotidianas, principalmente a familiar, em função da preservação da segurança de todos os envolvidos nessas relações (o militante, o grupo político de pertença e a própria família). Isso porque o local de moradia era o primeiro a ser invadido e os familiares os primeiros a serem monitorados pela repressão.

Sendo assim, qualquer tipo de comunicação ou encontro era um grande risco tanto para a família quanto para o militante. Uma vez que as casas e os telefones estavam constantemente vigiados, os militares muitas vezes tentavam se apropriar de códigos familiares que possibilitassem encontrar os militantes, como revelou Érika, ao mencionar um recado falso recebido por seu marido durante a clandestinidade, recado que utilizava o apelido dado a ele pelo pai. Um curto relato sobre a trajetória de Érika durante a clandestinidade como esposa de um dirigente, demonstra todas as dimensões vividas pelos familiares de um perseguido político, tornando-se a extensão ou a personificação do clandestino para a repressão. O relato em questão será utilizado aqui como um exemplo que nos faz vislumbrar as demais dimensões apontadas pelos entrevistados.

Érika foi esposa de um dirigente nacional do PC do B e sempre teve muita convicção do seu papel para a proteção do marido. Recorda que no dia 28 de novembro de 1972, bem cedo, bateram à porta e ela achou que era o marido chegando de viagem, mas deu de frente com

policiais que a buscavam para prestar depoimentos. Um de seus irmãos, presente no momento, tentou interceptá-los e queria ser levado junto. Muito preocupada com o marido, que podia chegar a qualquer momento, pediu ao irmão que sumisse com tudo que era comprometedor na casa e que avisasse ao marido que ele deveria fugir.

Somente quando chegou ao 38º Batalhão de Infantaria entendeu que estava sendo presa, ao perceber que lá já estavam outros companheiros. Não demorou para que começasse uma série de interrogatórios, seguidos de torturas, a fim de obter informações sobre seu marido. Após sua soltura, era seguida todo o tempo, na tentativa de que ela os levasse até seu marido já clandestino. A mãe de Érika já havia conseguido descobrir por onde o marido estava e as duas começaram a planejar a fuga de Érika do Estado do Espírito Santo, para que pudesse encontrá-lo em Minas Gerais. Esse foi um dos momentos mais difíceis para ela, pois se tornaria outra pessoa, tendo que abandonar sua história e suas relações, inventando um passado e um presente para que pudesse convencer os taxistas, indo pelo interior, de cidade em cidade, até chegar a Belo Horizonte, onde se encontrava seu marido. Conhecida pela repressão e tendo seu nome presente em uma lista de procurados, não poderia viajar de ônibus e precisou de um disfarce para não ser reconhecida: *“É duro fazer as coisas assim... pra ninguém perceber que você tá fugindo da polícia... eu nunca tinha viajado sozinha antes.”*

Em 1973 Érika abandonou o emprego, a faculdade, e iniciou uma fuga intensa pelo interior do país. Juntos foram para o Pará, a fim de tentar contato com os militantes do PC do B que estavam por lá, na Guerrilha do Araguaia. A essa altura, todo o comitê nacional já tinha sido preso e não havia mais como localizar o partido, ainda que tentassem insistentemente. A Guerrilha estava sendo dizimada, ninguém dava informações sobre os militantes ou o partido, os dois estavam sem qualquer apoio da organização: *“O Zé entregou a direção nacional, nós ficamos sem contato com o PC do B... Ficamos perdidos pelo mundo afora. [...] Para a repressão, nós continuávamos sendo do partido, por isso queriam achar a gente, mas... nós não éramos mais ligados ao partido.”* Érika e seu marido permaneceram *“perdidos pelo mundo afora”* durante os quatro anos de clandestinidade.

Para sobreviver, viviam escondidos na mata, em fazendas, pescando e caçando para se alimentarem. O pouco dinheiro que recebiam era enviado pela família do marido, da venda de alguns pertences que tinham. Com dificuldades financeiras, Érika tentou voltar a trabalhar em uma empresa estatal, mas acabou sendo descoberta e iniciaram uma nova fuga. Retornaram para Minas Gerais, fugiram novamente para o Rio de Janeiro e ela passou a se sentir o tempo todo perseguida. Confundia pessoas e via vultos, chegando a achar que um missionário que distribuía santinhos na porta de sua casa fosse o Capitão do Exército que a havia torturado: *“você fica vendo fantasma. [...] Você ia num lugar, você olhava pra tudo quanto é lado pra ver se tava sendo seguido, você olhava... eu realmente fiquei traumatizada, porque não era fácil. E eu fiquei clandestina mais ou menos de 73 a 77. Foi muito tempo clandestina.”* Durante esse período estiveram algumas vezes no Espírito Santo, acampados em praias distantes e conseguiam esporadicamente rever alguns familiares, que nunca sabiam por onde andavam. Claro que nem todos familiares de Érika e de seu marido apoiavam seus envolvimento. Durante a clandestinidade uma prima de seu marido os entregou à polícia e ouviram insultos de um cunhado quando necessitaram de ajuda: *“ele falou: ‘eu não me misturo com essa gente.’ Porque ele era contra, você entende? Ele era o anticomunismo.”*

Comunicação como risco e desconhecimento sobre a situação de vida do parente

Como estratégia de acesso a informação sobre o paradeiro do militante, o regime militar controlava todas as formas de comunicação estabelecida entre os membros das famílias. Nesse sentido, qualquer tipo de comunicação, fosse por telefonemas e cartas, passou a significar um risco extremo para a família e para o militante. Quando possível, nos encontros pontuais e inesperados do militante com sua família tentava-se compartilhar o essencial entre as partes, pois era arriscado que a família soubesse de fatos sobre as condições de vida do militante (Gianordoli-Nascimento, 2006).

Em situações como as relatadas a mudança de identidade era o recurso de segurança mais importante, pois seus verdadeiros nomes integravam listas que se espalhavam pelos órgãos da repressão. A mudança de nome implicava a criação de uma nova história de vida e a composição de uma outra identidade social que deveria ser mantida. Se esse era um recurso que garantia a sobrevivência e o trânsito de um local para outro, havia um grande risco de, ao dar informações sobre si, cair em contradição, como contou Érika, ao relatar sua fuga, em um táxi, pelas cidades do interior. Outro problema era a dificuldade para romper com o próprio passado, deixando os laços familiares, na maior parte das vezes repentinamente, sem poder manter nenhum tipo de contato, como exemplificou Elisa. Érika e Mário também se referem a essa distância e ausência de relações familiares como os piores aspectos da clandestinidade. É interessante observar que os laços vão se refazendo através da cultura familiar recuperada nesse período, sendo utilizada como uma importante estratégia de enfrentamento que garantia a permanência do sentimento de pertença e a identidade social vinculada à vida legal. As datas comemorativas valorizadas pelas famílias podiam se tornar momentos esperados para a comunicação e valorização dos laços familiares. Érika refere-se ao dia das mães: “No dia das mães, ela ficava: ‘eu sei que ela vai ligar.’ Eu ligava com outro nome, aí ela falava: ‘ah, eu sabia que você ia ligar...’, hoje eu não ia sair de perto do telefone”. Já Mario relembra a ausência de seu irmão em seu casamento, só vindo a apresentar sua esposa em uma visita clandestina, o que representou um grande momento para sua relação fraterna.

No relato de Elisa podemos observar o quanto a tentativa de comunicação, o conteúdo do que era dito, bem como a posse de “pertences suspeitos” relacionados ao familiar militante representava um risco:

[meu irmão] entrou pro partido, ele me contou. Eu era a única pessoa da família que sabia que ele era do partido. E a partir dessa visita que ele me fez, ele começou a me contar que ele tava no partido, clandestino, que ninguém podia saber. Até que... quando ele foi preso, eu tinha um tio que já tinha tido uma filha presa, é... política, também, numa época, ela era bem mais velha, devia ter uns oito anos... e já tava exilada no Chile. Então eu não sei por que cargas d'água, quem teve a notícia foi eles. Essas coisas que você nem sabe como que vem? Ligaram pra mim pra me dar a notícia de que ele tinha sido preso, e eu tinha as cartas dele todas, os livros que ele me mandava, queimei tudo...

Padrós (2007) salienta que uma situação *sui generis* se estabelece na medida em que se impede a aplicação dos dispositivos legais estabelecidos que garantam a liberdade pessoal e a integridade física do indivíduo, ao passo que a família que procurava informações desconhecia a localização e a sorte do detido. Mas quem conhecia (Estado e funcionários repressivos) negavam tal fato, ignoravam-no ou divulgavam informações diversionistas (Arquidiocese de São Paulo, Brasil: Nunca Mais, 1985). Outro recurso desmobilizador dos organismos de segurança foi

lançar pistas ou sugerir que a pessoa procurada passou para a clandestinidade, esqueceu o seu entorno ou abandonou o país: “São informações ‘plantadas’ que visam produzir um efeito desmobilizador na reação dos familiares” (Padrós, 2007, p. 111).

Por desconhecerem as reais *circunstâncias* em que se encontrava o militante, a falta de comunicação agravava o sentimento de angústia e medo dos familiares. Com isso, a figura do estado agrega representações de poder fortalecidas pela retenção dessas informações. Como apontou Gianordoli-Nascimento (2006), um dos objetivos alcançados com a prática dos desaparecimentos foi projetar sobre a família do desaparecido uma constante incerteza em relação à vida ou a morte de seu familiar. Como pode ser percebido no relato de Mariana: “Depois ele sumiu, nunca mais nós tivemos notícia dele. A notícia que teve foi essa carta. Só! E é isso. Num tem mais nada, nada, nada, nada! Que a gente tem são só essas coisas.”

Prisão e tortura

Falar de familiares de militantes implica falar de perseguidos, presos e torturados. Falar de sofrimento não esperado, prisão repentina, tortura inimagináveis a si e aos seus. É também falar do lugar social das mulheres, daquelas que tiveram suas vidas afetadas profundamente por acompanharem o sofrimento de seus companheiros, maridos, pais, mães e filhos. Em geral os relatos enfatizam as ações e vicissitudes de mulheres que abandonaram suas famílias, os estudos, perderam seus trabalhos, afastaram-se de seus amigos e sofreram as mais diversas violências físicas, psicológicas e morais. Ao enfatizarmos aqui a presença das mulheres não estamos negando ou desvalorizando tudo o que viveram os homens, mas reconhecendo que nesse cenário a representação sobre o lugar social da mulher permitia que essas pudessem ter muitas vezes mais acesso, entrada e voz em um submundo no qual o comando da violência era perpetrado por homens para homens. Imperava a representação da mulher-mãe passiva, esperavam delas mais subserviência, ingenuidade, submissão.

Alguns relatos de tortura deixam transparecer o efeito da presença feminina e a sua condição nesse quadro político. Autores (Colling, 1997; Ferreira, 1996; Gianordoli-Nascimento, 2006) destacam o duplo papel transgressor que as mulheres desempenharam nesse período: o de agente político, que atuava contra o regime, e o de gênero, subvertendo o padrão de comportamento esperado das mulheres. Esse duplo papel pode ser considerado motivador de uma atenção especial dada pela repressão às mulheres militantes ou envolvidas com a militância, gerando, quando comparadas aos homens militantes, um maior desprezo a elas direcionado. Essa diferenciação pode se sustentar pelo fato de os regimes autoritários considerarem as mulheres como reprodutoras de valores tradicionais e conservadores, insistindo na responsabilidade da mulher pelos comportamentos atual e futuro dos filhos. Além disso, elas não se enquadravam na figura emblemática da mulher naquela época, submissa e recatada. Objetivava-se, assim, a “prevalência da ‘ordem’ e da estabilidade, contra a desordem e a instabilidade política” (Tabak, 1983, p. 72). Dessa forma, fica evidente que as mulheres militantes comprometiam não só a estabilidade do regime, mas também a socialização de seus filhos. Segundo o autor, “eles sabem, muito bem, que é na família que as crianças começam a receber a socialização política, seja qual for o sistema político em vigor ou quão cruciais tenham sido as mudanças que a família – como instituição social – tenha experimentado” (Tabak, 1983,

p. 72).

Por esse ângulo, Gianordoli-Nascimento (2006) aponta que podemos pensar também sobre o lugar que as mães ocuparam na dinâmica da repressão, já que os militares recorriam à presença delas para convencerem ou sensibilizarem suas filhas e filhos a falarem, inclusive fazendo-as passar por situações ameaçadoras. Ao se referirem às visitas dos familiares, a presença materna foi sempre a mais citada. Com o objetivo da delação de companheiros e do marido, Érika menciona que sua mãe foi mantida em um quarto fechado e foi pressionada a dar notícias do genro. Mário enfatiza a luta contínua da mãe para encontrar e defender os filhos, Elba descreve o papel que a mãe de seu marido teve para que pudessem encontrá-lo e obter informações de dentro do exército sobre sua prisão. As mães, além de ser um suporte para todas as militantes e os militantes presos, mantinham uma rede de comunicação e representavam também uma ponte para reivindicações e acesso a bens materiais proibidos: “As mães, as mães todas se comunicavam. Ficou aquela rede de mães se falando quem tava preso, como que tava, o que ia levar...” (Elisa)

Érika e Elba nos apresentam a saga pela qual passaram as famílias dos presos políticos: “a gente não obtinha informação de nada. Por exemplo, a mãe (do namorado de uma companheira) morava na nossa rua também. E ela também... tentava chegar lá e diziam que ele não estava lá, que não tinha ninguém preso... Enfim, então, foi muito... muito... terrivelmente difícil esse momento.” (Elba). A família, durante a incomunicabilidade do preso, também era torturada psicologicamente, pois temia pela vida daquele que estava em algum dos porões da ditadura. Elba, por exemplo, ficou seriamente doente durante o período em que passou tentando localizar o marido, colocando em risco sua gravidez.

Família como rede de proteção e denúncia

O período de prisão e tortura do familiar militante é amplamente destacado nas entrevistas pelos familiares. Nesse período alguns membros da família, principalmente as mães, se tornam importantes atores nos movimentos de denúncia e combate as arbitrariedades dos regimes de exceção, como pode ser notado na fala de Mário:

... depois que... que os filhos foram presos, aí ela virou uma leoa né? Ela virou uma leoa, mas até lá ela não confrontava com papai [...]. A mamãe se engajou completamente... juntava uma Kombi ali com as mães dos presos... visitava Dom Serafim que era, Arcebispo, ... e dava alguma guarita contra os militares. [...] ela tava ali presente o tempo todo.

As esposas e namoradas também tiveram papéis essenciais na denúncia e proteção daquele que fora preso. Maria descreve a situação em que lutou com apoio da igreja para retirar seu esposo, ex-padre, da prisão:

Aí um dia nós resolvemos fazer uma vigília pra ele, aqui nessa igreja. Porque era o padre, esse padre que era diretor do colégio e aí juntou muita gente. E nós fizemos a vigília pra... porque nós fazíamos de tudo. Manifestação, vigília... tudo o que podia fazer (risos) aí quando tava assim mais ou menos no fim da vigília ele apareceu com um cobertorzinho na mão...

Catela (2001) descreve as etapas ou momentos pelos quais passaram os familiares dos desaparecidos políticos na Argentina. O primeiro momento era o de crise, o sequestro; depois, um momento de desespero; e, posteriormente, o de ação; seguido de outro de falta, de grande

vazio, com a aceitação ou reconhecimento de que o familiar estava na condição de desaparecido político; para finalizar com um momento de desilusão total, o fim das esperanças que em geral coincidiu com o retorno a democracia naquele país. No contexto brasileiro não era diferente, como pode ser observado no relato de Elisa, no qual se identifica a vivência de alguns desses momentos:

Meu tio me falou: ‘você prepara os seus pais, aconteceu isso, ele tá preso, ninguém sabe, ele pode estar morto’. E depois a gente, ele veio na minha casa, falou, e a gente começou a procura, né? Ligava pra todo lugar... Todo mundo falava ‘não sabe onde está, não tá aqui, não tá aqui’, mas tava no 3º BC. E algumas pessoas acham que tá lá, alguém soube. [...] Então foi essa história, né, a gente vem, vem buscando até que... a gente ia lá no Convento da Penha (monumento histórico localizado acima do Batalhão do exército de onde se tem vista panorâmica da região) pra olhar o 3º Batalhão de Infantaria pra ver os meninos tomando sol de binóculo e descobrir se eles tavam presos lá.

Ameaças de tortura aos familiares

A tortura, segundo Chauí (1987, p. 33), tinha como objetivo a desumanização do torturado. Os torturadores estabeleciam uma relação onde o torturador agia como se estivesse “acima da posição humana”, enquanto o torturado era rebaixado à coisa. Alguns familiares foram presos, interrogados e torturados com o objetivo de obter informações e/ou fragilizar os militantes. Na família de Mário, por exemplo, a repressão chegou a usar ameaças de tortura a um bebê recém-nascido tanto para atingir os militantes presos quanto a família diretamente:

E uma noite, [...] tocou o telefone eu atendi e era choro de criança no telefone. [...] Ai de repente uma voz de um homem, ‘quem é menino? Chama seu pai aí’, aí eu ‘quem é que tá falando, quem quer falar com ele’... mas aí eles colocavam choro de criança de novo... ‘vai agora, chama seu pai’... Ai eu fui, e falei ‘pai tão chamando o senhor no telefone’, ele ‘quem que é’, aí eu falei não sei, não sei. [...] ele ficou branquinho, [...] não falava nada e desligou o telefone. Isso também me... gravou muito. Era tortura mental, não falaram mais nada com ele, e se falaram ele nunca comentou comigo o que falaram.

Neste sentido, além de terem que lidar com o sofrimento de imaginarem ou saberem da situação de tortura do militante, a família também era submetida à violência moral, psicológica, física e patrimonial, como relata Maria:

Mas sofria muito né, porque não sabia se a pessoa tava sendo torturada, se não tava. Ai eu fui vista-lo um dia e eu levei os meninos... e eu lembro que eu vi ele assim um pouquinho, sabe? Depois na hora de sair eles me chamaram: ‘A senhora tem que falar com seu marido pra deixar de ser comunista e cuidar dos filhos dele, que não sei o quê, não sei o quê’ (risos). Sabe? Eles faziam tortura psicológica com a gente.

Elba descreve como foi sua percepção sobre a prisão do marido e o quanto os militares valorizavam o lugar das esposas como fonte de informações para a incriminação dos homens, desvalorizando ou minimizando a importância de suas participações políticas: “eu já tinha sido chamada na Polícia Federal na época que eu era do diretório, quer dizer, eu tinha já ficha lá também [...] e isso não contou naquele momento, eles deram relevância maior ao fato de ser ele, que era isso, que era aquilo.”. Os militares não a detiveram, mas fizeram com que os levasse ao escritório de seu marido e à sua casa, durante a madrugada, para busca de materiais, livros e tudo o mais que pudesse incriminá-lo. Ao chegarem a sua casa, ela pediu a um vizinho que a acompanhasse, para não permanecer sozinha com os soldados e ter a oportunidade de anunciar que seu marido estava preso, em uma tentativa de garantir a segurança de ambos. Dentro de

casa encontraram um livro que foi considerado subversivo: *“A História do capital, não imaginávamos que fosse uma coisa tão... um sacrilégio tão grande [...] Mas a polícia viu que tava tudo encapado, tudo tinha capa, pra ficar mais disfarçado”*. A essa altura o medo de Elba já era grande e a desconfiança imensa. Depois que reviraram toda a casa e apreenderam outros livros, ela foi novamente levada ao quartel e lá permaneceu até de manhã, quando a deixaram em casa:

Bem, e aí é que... eu tendo ficado de fora foi muito pior. Fizeram isso tudo, pegaram esses livros, não sei o que, e me deixaram: ‘Não abra a boca, não fale com ninguém... não comente nada com ninguém senão, seu marido morre. Vocês tão sendo vigiados o tempo inteiro.’ Aí, realmente, nessa hora foi que eu senti que a coisa era pra valer . [...] Então, eu fiquei muito definhada, eu pesei quarenta quilos, por aí. [...] Então, nesse momento, tudo era uma coisa muito estressante, muito... é... confusa, a gente não obtia informação de nada... então, foi muito... muito... terrivelmente difícil esse momento. E a gente, então..., eu comecei a melhorar de saúde, ‘eu tenho que conseguir, porque sou eu que tenho que batalhar pra saber quem é que vai... é... divulgar isso, denunciar isso’.

Érika revela a extensão dessas ações ao relatar sobre as torturas que ela e seus familiares sofreram e afim de que o envolvimento de seu marido fosse atestado. Quando presa, havia se preparado para um momento como esse, sabia que sua resistência era o que poderia salvar o marido, pois logo entendeu que os militares não iriam matá-la, como ameaçavam diariamente colocando um revólver em sua cabeça. Inclusive enquanto era obrigada a tirar as roupas para iniciar os interrogatórios, encontrava-se na mira de um revólver: *“diziam que queriam fazer isso e aquilo só com você... tirar a roupa, abusar... passar a mão... era uma maneira assim, de querer que eu ficasse abatida psicologicamente.”* Rapidamente ela conseguiu se proteger dessa situação de intimidação e passou a usar isso a seu favor, enfrentando os militares durante as sessões de tortura: *“eu falava: ‘ah, você tem coragem nada de me matar’. [...] Eu falava assim: ‘ah, grandes coisas tirar a roupa perto de vocês [...], pra mim, vocês são tudo uns monstros, não são homens’. Aí, tirava na mesma hora.”* Com o passar dos dias esse procedimento dos militares não foi mais utilizado, e eles chegavam a dizer que não adiantava usar esse recurso, pois ela não tinha vergonha. Mas Érika tinha muita vergonha e muito medo também, o que fazia ela ocultá-los para não se tornar mais frágil. Essa mesma estratégia de aparentar força e indiferença ela usou durante as tentativas que fizeram para minar sua resistência, colocando uma cobra sobre seu corpo ou quando a deixaram presa por uma semana, em uma solitária, enrolada apenas em um cobertor de lã grosso em pleno verão: *“daqueles que são usados como manta por cavaleiros [...] aquilo era horrível”*.

Durante todos os momentos em que esteve presa, mesmo que não estivesse sendo interrogada, eram utilizadas torturas psicológicas e humilhações: *“você não podia tomar banho sem eles estarem perto, não podia usar o banheiro... tudo, todas as necessidades fisiológicas que você fosse fazer, tinha sempre o tenente oficial do dia perto”*. Os maus-tratos levaram Érika ao adoecimento: *“Fiquei 30 dias ardendo de febre, chegava a estar verde, com a roupa do corpo.”* Foram trinta dias que foi dada como desaparecida e presa em uma solitária, sem saber o que se passava com os demais e sua família, a alimentação e a água eram restritas e ficou sem banho por mais de dez dias, usando apenas seu vestido rasgado.

Mas houve um momento no qual se abateu e teve que fazer um grande esforço para se manter lutando, pois não esperava que fossem usar sua mãe para obter informações: *“Mamãe toda suada, naquela cela, assim, sem janela, sem nada, eles ali torturando mamãe.”* Soube

depois que há semanas ela tentava ser recebida no quartel para visitar a filha e sempre era barrada. Um dia recebeu um comunicado em casa para que comparecesse para visita, e assim que chegou foi jogada numa solitária e coagida a falar por horas, sob diversas ameaças físicas.

Érika também foi coagida mais de uma vez a tentar obter informações sobre o marido por meio de seus sogros. Os militares a obrigavam a ligar e mentir, dizendo que estava liberada e queria saber sobre o marido. Algumas vezes ela teve que cumprir, mas sempre resistia, mostrando que não seria fácil fazer com que ela o entregasse: *“Eu falava: de jeito nenhum, eu não ganho para isso... vocês que são polícia que liguem, são vocês que ganham para fazer esse tipo de trabalho.”* Hoje ela reflete sobre a origem de sua resistência: *“Não sei se era por amor... Ou se era por amor à luta mesmo... Era pelas duas coisas”*.

Cabe ressaltar que, hoje, com a devida distância no tempo, os sujeitos reconhecem também a tortura psicológica que sofreram e o que ela representou para suas vidas. Contudo, comparações entre o que foi vivido na própria tortura e o que se sabe que outros viveram costumam ser frequentes na reflexão dos que passaram por tais situações (Gianordoli-Nascimento, 2006). Com base nessas comparações, e para valorizarem o sofrimento e esforço dos militantes que resistiram ou não à tortura, acabam minimizando o seu próprio sofrimento, alegando que outros não tiveram a mesma sorte. Procuram, assim, desenvolver uma “escala de sofrimento”, que só quem viveu tal experiência tem o direito de estabelecer. Como percebido no relato de Érika: *“assim, em vista do que você esperava, claro, eu acho que, se eles tivessem me feito coisa maior, eu podia até ter morrido. Mas, no caso, assim, aquilo foi leve em relação àquilo que você sabia que se passava nos presídios.”*

Algumas reflexões finais

A análise da experiência dos familiares de militantes políticos no período da ditadura militar brasileira, em sua dimensão psicossocial, aponta para informações que colaboram para assimilação de discursos antes silenciados na memória nacional sobre o regime militar. A partir das entrevistas, observa-se a importância dos familiares para o processo de militância do parente em suas diversas fases (militância, clandestinidade, prisão, tortura), bem como as consequências dessa militância para a dinâmica da família e para seus membros. Revelam-se também algumas obscuridades sociais e pessoais que ainda existem em torno daquele período.

Dentre os aspectos conjunturais que sustentam a realização de uma investigação psicossocial da memória do período da ditadura militar brasileira, Sá (2009, p. 246) aponta o fato de a população atual ser composta tanto por pessoas e grupos que viveram durante aquele período quanto por pessoas e grupos mais jovens que não o testemunharam, “o que traz importantes implicações para a configuração do estado atual da sua memória”. Destacamos, assim, que os familiares entrevistados, em sua maioria, eram adolescentes ou jovens na ocasião do golpe de estado em 1964, fase do ciclo de vida caracterizado por um “período crítico” de idade, marcado pela melhor retenção das experiências vividas na memória (Mannheim, 1982; Sá 2009).

Consequentemente, as narrativas dos familiares entrevistados tornam-se dinâmicas, contraditórias e imprevisíveis, e a trajetória de vida recuperada ganha vitalidade na fala de

quem viveu. Por outro lado, o confronto do conteúdo das diferentes entrevistas produz um diálogo de outra ordem, que recria a trajetória coletiva de um grupo historicamente datado, trajetória esta que pode ser fortalecida e reconstruída por cada sujeito e pelo próprio grupo dos familiares. É na tensão entre as duas dimensões dos relatos que se revela o quanto essa experiência é valiosa para a construção e elaboração de suas identidades, ao mesmo tempo em que eles próprios, com suas lembranças, são valiosos para o registro da memória social.

Ao partirmos do pressuposto de que não há uma memória puramente individual (Sá, 2005), consideramos que os relatos dos familiares retratam representações e significados compartilhados acerca das vivências no período ditatorial. A memória de medo, de ter sua vida invadida, da falta de informações, do vazio do familiar desaparecido, e da sensação de ameaça constante, fazem parte dos discursos dos entrevistados, explicitando memórias pessoais, comuns e coletivas que estiveram dissolvidas no passado oficial.

As memórias pessoais são aquelas ligadas aos atos e testemunhos pessoais, à história de vida do sujeito, não sendo meramente individuais, mas fruto de uma construção social. As memórias comuns são compostas por lembranças comuns a grupos de pessoas que nem sempre estão em interação, mas vivenciaram períodos históricos e experiências comuns, construindo assim memórias semelhantes. Para Sá (2005, p. 74), as memórias comuns e pessoais “não são concebidas em contraposição às memórias coletivas, ou seja, como um processo estritamente individual, mas sim em sua operação em contextos sociais e sob a influência ou determinação destes”.

Halbwachs (1990) aponta que a memória coletiva não é imutável no tempo, ela sofre constantes reconstruções e ressignificações com o passar do tempo. A memória coletiva guarda o valor dos momentos históricos para certos grupos e transpõe o tempo, deixando conhecido e vivo o significado de certos objetos culturais para certos grupos, abrindo para a reinvenção, ressignificação e redefinição contínua do que passou. Isso auxilia-nos a compreender que não há uma memória estanque e massivamente dominante, que não possibilite formas de ressignificação, como é o caso das memórias dos familiares em relação ao período da ditadura militar brasileira. Segundo Pollak (1989), a história oficial em alguns casos pode ser revisada a partir de relatos suprimidos por longos anos. Além disso, a lembrança permanece mesmo que a história oficial não as contemple. O autor afirma que o silêncio, pode não se igualar ao esquecimento, mas pode significar uma resistência ao excesso da memória oficial. O silêncio pode ser quebrado tendo em primeiro lugar uma escuta.

Os familiares de presos políticos, ex-presos políticos e todos os brasileiros que, por acreditarem na possibilidade de transformação da realidade de seu país e pela valorização de suas memórias, tiveram subitamente suas propostas estancadas. Com isso, sofreram o impacto da brusca redefinição no processo de elaboração de suas identidades e de suas autoimagens – de agentes de transformação passaram a vítimas da repressão. Tal experiência estendeu-se até os anos setenta (Valle, 1999; Abreu, 1997). Ferreira (1996) e Carvalho (1998) nos mostram que, de um outro campo da realidade social, se constrói uma versão diferente dessa mesma realidade, a partir da memória particular de nosso passado vivida pelos atores sociais, ou seja, o grupo de militantes políticos e seus familiares. Isso aponta para uma característica importante da memória: é preciso conhecer quem faz lembrar, pois os grupos que acionam esse processo o

fazem a partir de um lugar determinado na grade sociocultural, com questões próprias sobre tal passado (Catela, 2001).

Neste contexto, histórias e dramas individuais ou familiares ganham sentido, revelando muitos dos aspectos obscuros da repressão (Tanno, 2005; Padrós, 2007; Catela, 2001). Destaca-se a participação das mulheres mães, esposas e irmãos nos movimentos de resistência à política de desaparecimentos, vinculada às práticas repressivas de ditaduras de Segurança Nacional que prevaleceu em toda América Latina. Estas desempenharam papel fundamental na busca pelos familiares e tiveram sua vivência marcada pelos sentimentos de dor e perda de seus entes, enquanto o movimento institucional pertencia majoritariamente aos homens – militares e militantes (Jelin, 2001).

Espera-se que este trabalho, a partir da transmissão de relatos orais constituintes de memórias pessoais, comuns, coletivas e históricas, contribua para a construção, reconstrução e atualização (Sá, 2007) da memória social dos anos da ditadura militar. Segundo Sá (2009) são as pessoas que se lembram, mas o que é lembrado está sob a égide da sociedade, da cultura e da linguagem, de modo que muitas lembranças continuam silenciadas, guardadas nos porões da intimidade, sendo estes relatos, marcados pela dor, lacunas, nostalgia, uma forma de publicar, o que ficou durante anos oculto. Dentro desse quadro, destacamos que os depoimentos de familiares é uma das categorias que têm poucos registros históricos pertinentes e consideramos valioso o testemunho daqueles que de certa forma entram direta e indiretamente no jogo das disputas e versões sobre o passado, buscando o não esquecimento (Gonçalves, 2008). Além do mais, através do conteúdo das narrativas dos familiares, com suas lembranças e consequente reconstrução de suas trajetórias de vida, destacamos a possibilidade de se tentar resgatar parte do repertório sociocultural daquele período, em Minas Gerais e no Espírito Santo, contribuindo para a construção de uma história pouco contada.

Referências

- Abreu, A. A. (1997). Quando eles eram jovens revolucionários. In H. Viana (Org.). *Galerias Cariocas: territórios de conflitos e encontros culturais*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- Almeida, M. H. T., & Weis, L. (2002). Carro Zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In L. M. Schwarcz & F. A. Novais (Orgs.). *História da Vida Privada no Brasil V. 4: Contrastes da intimidade contemporânea* (pp. 322-409). São Paulo: Companhia das Letras, 20.
- Arquidiocese de São Paulo. (1985). Tortura. In *Brasil: Nunca Mais* (Prefácio de Dom Paulo Evaristo Arns). 8a ed. Petrópolis/RJ: Vozes.
- Bardin, L. (2004). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Carmo, P. S. (2001). *Culturas da rebeldia: a juventude em questão*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo.
- Carvalho, L. M. (1998). *Mulheres que foram à luta armada*. São Paulo: Globo.
- Catela, L. S. (2001). *Situação limite e memória: a reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos da Argentina*. São Paulo: Hicitec, Anpocs.
- Chauí, M. (1987). A tortura como impossibilidade da política. In E. Branca (Org.). *Seminário do Grupo: Tortura Nunca Mais* (pp. 28-37). Petrópolis: Vozes.

- Colling, A. M. (1997). *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, Rosa dos Tempos.
- Ferreira, E. F. X. (1996). *Mulheres militância e memória*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- Gianordoli-Nascimento, I. F. (2006). *Mulheres e Militância no Espírito Santo: encontros e confrontos durante a ditadura militar*. Tese de doutorado, Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Espírito Santo, Brasil.
- Gonçalves, D. N. (2008, maio). O preço do passado-anistia e reparação de perseguidos políticos no Brasil. *Anais do XIII Congresso Brasileiro de Sociologia*, Recife, Pernambuco. Recuperado em 13 maio, 2008, de www.sbsociologia.com.br.
- Halbwachs, M. (1990). *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice.
- Jelin, E. (2001). Exclución, memorias y luchas políticas. In *Cultura y transformaciones sociales en tiempos de globalización*. Recuperado em 11 janeiro, 2012, de <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/mato/jelin.pdf>.
- Mannheim, K. (1982). O problema sociológico das gerações. M. M. Furrer (Org.). Karl Mannheim. *Sociologia*. (Trad. E. Willems, S. Uliana e C. Marcondes). São Paulo: Ática.
- Martins Filho, J. R. (1987). *Movimento estudantil e Ditadura militar: 1964-1968*. Campinas, SP: Papirus.
- Martins Filho, J. R. (1996). *Rebelião estudantil: 1968- México, França e Brasil*. Campinas, SP: Mercado das Letras.
- Moscovici, S. (1978). *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Moscovici, S. (1984). The phenomenon of social representations. In S. Moscovici & R. M. Farr (Orgs.). *Social Representations* (pp. 3-69). Cambridge: Cambridge University Press.
- Padrós, E. S. (2007). A política de desaparecimento como modalidade repressiva das ditaduras de segurança nacional. *Revista Tempos Históricos*, 10, 105-127.
- Pollak, M. (1989). Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*, 2 (3), 3-15.
- Ribeiro, I. (1987). Introdução. In I. Ribeiro (Org.). *Sociedade brasileira contemporânea: família e valores* (pp.13-43). São Paulo: Loyola.
- Sá, C. P. (2005). As memórias da memória social. In C. P. Sá (Ed.). *Memórias, imaginário e representações sociais* (pp.63-86). Rio de Janeiro: Museu da República.
- Sá, C. P. (2007). Sobre o campo de estudo da memória social: uma perspectiva psicossocial. *Psicologia: Reflexão & Crítica*, 20(2), 289-294.
- Sá, C. P. (2009). A memória histórica numa perspectiva psicossocial. *Morpheus – Revista Eletrônica em Ciências Humanas*, 9 (14), 91-100.
- Tabak, F. M. (1983). *Autoritarismo e participação política da mulher*. Rio de Janeiro: Graal.
- Tanno, J. L. (2005). Cartas de presos políticos e seus familiares: violência e atuação feminina no governo Vargas. 1930-1945. *Patrimônio e História*, 1(1), 1-11.
- Valle, M. R. (1999). *1968, o diálogo é a violência: movimento estudantil e ditadura militar no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP.
- Ventura, Z. (1988). *1968: o ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Apresentação: 16/10/2011
Aprovação: 15/12/2011